

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência foi instituído pela Lei Estadual n.º 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, na forma de autarquia pública é dotado de personalidade jurídica de direito público, com a finalidade de gerir os ativos financeiros, visando o custeio do pagamento dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários, dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, observadas as Emendas Constitucionais n.º 20/98, 41/03, as Leis Federais n.ºs 9.717/98 e 10.887/04.

A Lei Estadual n.º 5.109 de 15 de outubro de 2007, que extinguiu o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ transferiu ao Rioprevidência a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual, que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes, incorporou seus Ativos e Passivos (direitos e obrigações), considerando inclusive o Rioprevidência seu sucessor histórico.

Com a publicação da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, houve a unificação do Regime Jurídico próprio e único da Previdência Social dos Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos Servidores Públicos Estatutários do Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao Rioprevidência a gestão deste regime previdenciário.

1.1 MISSÃO

Prestar serviços com excelência aos nossos clientes (servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes), com eficiência de atendimento, credibilidade, respeito e responsabilidade social, com administração transparente e eficaz do patrimônio, para cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras e contribuir para a gestão fiscal do Estado.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

1.2 VISÃO

Ser a melhor gestora de Regimes Próprios de Previdência Social do Brasil, com excelência comprovada, tendo como diretrizes:

- Satisfação na prestação de serviços aos seus clientes
- Boas práticas de gestão de ativos e passivos
- Governança, transparência e conformidade na gestão do negócio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações apresentadas consolidam a referida incorporação de direitos e obrigações para os saldos apresentados.

A Autarquia utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM-RJ, instituído pelo Decreto Estadual n.º 22.939 de 30 de janeiro de 1997, para contabilização de suas operações, em conformidade com as normas de Finanças e Contabilidade Pública, aplicando-se a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/00, a Lei Estadual n.º 287/79, a Portaria MPS n.º 916/03 e as alterações vigentes, a Portaria MPS n.º 402/08 e Portaria MPS n.º 403/08.

As despesas são registradas pelo regime de competência, e as receitas pelo regime de caixa e estão contidas na Lei Estadual n.º 5.632, de 04 de janeiro de 2010 – Lei do Orçamento Anual/LOA - 2010, estando às atividades do Fundo contidas no Orçamento do Estado do Rio de Janeiro de 2010, e apresentadas em milhares de reais.

Suplementarmente é apresentado, também, o Balanço Patrimonial Previdencial de 2010 conforme a Resolução CGPC/MPAS n.º 10, de 05 de julho de 2002.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

A nova estrutura do Rioprevidência fez com que as decisões relativas aos investimentos sejam colegiadas, eliminando as alçadas individuais. A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria Executiva do Rioprevidência, aprovado pelo Conselho de Administração. As diretrizes mensais são discutidas pelo Comitê de Investimentos onde são definidas as estratégias de alocação de recursos para o mês seguinte (curto prazo), realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e aprovada pela Diretoria Executiva. As decisões do Comitê de Investimentos são vinculantes para o Diretor de Investimentos, que as deve seguir, aplicando-as em conformidade com a legislação vigente.

Os investimentos imobiliários são registrados pelos valores de avaliações que precedem as transferências dos mesmos para o patrimônio do Fundo. As reavaliações são realizadas sob supervisão da Gerência de Controle e Registro – GCR, subordinada a Diretoria de Investimentos, e sendo registradas conforme Notas Técnicas encaminhadas à Gerência de Controladoria.

A gestão dos ativos do Rioprevidência é um dos pilares para se atingir rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na poupança previdenciária dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e de seus beneficiários.

2.1 DEPRECIÇÃO

A partir do exercício de 2004, os Bens Móveis começaram a ser depreciados, pelo método linear, às taxas estabelecidas em função da vida útil fixado por espécie de bens, conforme a seguinte tabela:

CONTA	TAXA
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Computadores, Periféricos e Balcão de Atendimento	20%
Softwares e Sistema Integrado de Gestão	20%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

3. BALANÇO PATRIMONIAL

3.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO

3.1.1 CIRCULANTE

O grupo disponível apresenta as disponibilidades financeiras em moeda nacional.

		R\$ Mil		
DISPONÍVEL		31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Bancos Conta Movimento		2.825	12.017	325,40
TOTAL		2.825	12.017	325,40

3.2 REALIZÁVEL

3.2.1 PREVIDENCIAL

Registra os valores a serem realizados a Curto e a Longo Prazo, destinados aos pagamentos das despesas previdenciárias.

		R\$ Mil		
REALIZÁVEL PREVIDENCIAL		31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Direitos de Royalties e Participação Especial - art. 20, § 1º da Constituição Federal		43.246.494	54.332.975	25,64
Saldo do Contrato com o Governo do ERJ, para recomposição do fluxo original dos CFTs - MP 137/03 (Processo E-01/300.003/04)		2.104.874	2.471.128	0,17
Créditos em Cobrança - Parcelamentos		514.445	538.658	4,71
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários		-	-	-
Concessões e Alienações		37.732	0	-100,00
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária		1.300.667	302.278	-76,76
Contribuições Patronais a Receber		155.572	120.622	-22,47
Valores a Receber do ERJ		1.368.128	2.478.269	81,14
Outros Créditos - Diversos Responsáveis / Valores em Trânsito		48.907	51.251	4,79
TOTAL		48.776.820	60.295.181	23,61

- O aumento de 25,64% dos **Royalties e Participações Especiais** em relação ao ano anterior deve-se à reavaliação do ativo pela Secretaria de Estado de Fazenda utilizando os parâmetros para a produção de petróleo fornecidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e B combustíveis (ANP). A esta base foram incluídos dados acerca da área de exploração Tupi, obtidos em janeiro de 2011, junto ao mesmo órgão regulador. A projeção de Royalties e Participação Especial para Tupi é de aproximadamente R\$11 bilhões para o período de 2011-2050 – Nota Técnica GOP/DIN Nº 007/2011.
- O **ICMS Parcelado** teve um acréscimo de 4,71 em face da atualização anual pela UFIR-RJ.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

- O direito referente à **Compensação Financeira** entre Regimes Previdenciários teve seu valor de R\$2,809 bilhões, integralmente utilizados para Amortização da Provisão Matemática conforme Avaliação Atuarial elaborada pela PEMCAIXA – Previdência para Estados e Municípios.
- **Concessões e Alienações** – Baixa do direito desse ativo tendo em vista entendimento da PGE através do Processo E-04/017.035/2005 (folhas 96-128), bem como a deliberação da Diretoria Executiva do Rioprevidência.
- **Dívida Ativa** – A redução no ano de 2010 foi referente à revisão na metodologia de cálculo em atendimento a Determinação do TCE N°. 3, cujo resultado reduz o percentual de recebimento, aumentando dessa forma, a provisão para perdas da Dívida Ativa.
- **Contribuições Previdenciárias a Receber** – A variação deve-se principalmente ao fluxo de pagamento realizado pelo Tesouro do Estado (F-00) e os órgãos de recursos próprios (F-10 e F-15).

Não obstante, destacamos que em atendimento ao determinado no Relatório de Inspeção Ordinário – TCE-RJ - Processo 115.612-7/2009, foi constituído o Grupo de Trabalho, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 2010, subordinado a Gerência de Controladoria, com o objetivo de intensificar as apurações sobre os repasses das contribuições previdenciárias de servidores ativos e patronais, sendo apresentados mensalmente relatórios a Diretoria Executiva.

- **Créditos Diversos a Receber:**

FUNDES – Em dezembro o valor do ativo foi de R\$904,89 milhões, 11,97% maior que em 2009 – Nota Técnica GOP/DIN N° 005/2011;

FREMF – Incorporado ao patrimônio do Rioprevidência o fluxo financeiro do FREMF através do Decreto n° 42.755/2010. Valor em 31/12/10 – R\$763,49 milhões;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

Dívida Ativa – Receitas arrecadadas oriundas da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, referentes ao período de abril/2005 a dez/09 – Valor R\$520,44 milhões – Determinações TCE-RJ N° 05 e 14;

Compensação BERJ – Obrigações do ERJ atualizadas anualmente pela UFIR-RJ – valor em 31/12/10 – R\$289,48 milhões

3.2.2 INVESTIMENTOS

Registra a composição consolidada da Carteira de Investimentos mantida pelo Regime Próprio de Previdência Social, apresentando o saldo de investimentos com suas variações ocorridas em função das novas aplicações e eventuais perdas e ganhos, até a data do Balanço.

Observa-se no quadro a seguir que, uma vez que as despesas no período foram superiores as receitas, houve consumo dos ativos do Rioprevidência o que se refletiu na redução do estoque dos investimentos (26,99%).

INVESTIMENTOS	31/12/2009	31/12/2010	Var. %
RENDA FIXA	4.657.255	3.253.417	-30,14
Certificados Financeiros do Tesouro - CFTs	3.735.762	2.694.888	-27,86
Saldo de Aplicação no Banco Itaú S.A.	349.097	3.285	-99,06
Saldo de Aplicação na Caixa Econômica Federal	106.321	28.793	-72,92
Saldo de Aplicação no Banco do Brasil S.A.	5	16.199	304158,44
Saldo de Aplicação no Banco ABN AMRO REAL - SANTANDER	0	1.014	-
Saldo de Aplicação no Banco BNP PARIBAS	0	2.371	-
Saldo de Aplicação no Banco Pactual	31.667	0	-100,00
Saldo de Aplicação no Banco BRADESCO	190.861	0	-100,00
Saldo de Aplicação em Operações Compromissadas da Caixa Econômica Federal	243.542	253.434	4,06
Saldo de Aplicação em Operações Compromissadas do Banco do Brasil S.A.	0	253.433	-
RENDA VARIÁVEL	626	11	-98,30
Ações	626	11	-98,30
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	292.590	360.758	23,30
Terrenos	134.284	129.311	-3,70
Edificações	158.306	231.447	46,20
TOTAL	4.950.471	3.614.185	-26,99

3.3 DÍVIDA ATIVA

A constituição da provisão para perdas no recebimento de créditos inscritos em Dívida Ativa atende ao disposto na NBCT 4, aprovada pela Resolução CFC n.º 732/1992 e ao Princípio da

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

Prudência, estabelecido pela Resolução CFC n.º 750/1993, bem como a Portaria STN n.º 564, de 27 de outubro de 2004.

O Balanço de fechamento de 2010 espelhou uma mudança na metodologia de cálculo da Provisão para Perdas da Dívida Ativa, de acordo com Determinação N° 3 do TCE-RJ e interpretação do Manual da Dívida Ativa da Secretaria de Estado de Fazenda, onde houve a inclusão da experiência de recebimento do ativo no ano de 2010, culminando com uma redução de 76,76% em relação ao exercício de 2009, sendo registrado o saldo de R\$289,67 – Nota Técnica GOP/DIN N° 006/2011.

R\$ Mil	
DÍVIDA ATIVA	31/12/2010
Tributária - Curto Prazo	317.629
Não-Tributária - Curto Prazo	6.603
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	-321.740
TOTAL - CURTO PRAZO	2.492
Tributária - Longo Prazo	36.289.074
Não-Tributária - Longo Prazo	1.073.553
(-) Provisão para Perdas da Dívida Ativa	-37.075.450
TOTAL - LONGO PRAZO	287.178
Inscrição em Dívida Ativa - Taxa de Ocupação de Imóveis	12.608
TOTAL	302.278

3.4 ADMINISTRATIVO

Registra os bens e direitos necessários à operação da Entidade, em 31 de dezembro, e sua composição está demonstrada da seguinte forma:

R\$ Mil			
ADMINISTRATIVO	31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Poupanças (valores em garantia)	19	18	-5,90
Almoxarifado	249	257	3,12
Imóveis de Uso Próprio	45.021	1.762	-96,09
Bens Móveis	1.874	3.118	66,37
TOTAL	47.163	5.155	-89,07

- O imóvel situado à Avenida Presidente Vargas, nº670, foi reclassificado da conta contábil de Edifícios de Uso Próprio – 14211.01.00 para a conta de Investimentos – 11531.03.00, conforme CI / GCR N° 81 de 30/06/10.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

4. ATIVO

O Ativo Real corresponde à totalidade de bens e direitos que representam os valores que compõem o Ativo Circulante, o Ativo Realizável à Longo Prazo e o Ativo Permanente de um Balanço Patrimonial.

4. COMPOSIÇÃO DO ATIVO REAL DO FUNDO – 2009/2010

	Em R\$		
DESCRIÇÃO	31/12/2009	31/12/2010	Var %
CIRCULANTE	6.456.650.950	6.897.416.050	-8,66
Disponível - Conta Movimento	2.824.959	12.017.436	325,40
Operações Compromissadas	243.541.933	506.867.075	108,12
Aplicações Financeiras Curto Prazo	677.951.778	51.662.060	-92,38
Cert. Financeiros do Tesouro - CFTs Curto Prazo	1.585.870.905	913.540.029	-42,40
Cert. Financeiros do Tesouro - CFTs - Permutado	-	544.929.868	-
Créditos Tributários a Receber/Parcelamentos Administrativos - ICMS	514.445.074	494.565.494	-3,86
Valores a Receber - FUNDES - Curto Prazo	78.102.375	85.912.437	10,00
Valores a Receber - FREMF - Curto Prazo	-	73.834.911	-
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER	155.572.039	120.622.096	-22,47
Saldo da DÍVIDA ATIVA	303.300.151	2.492.122	-99,18
DÍVIDA ATIVA - CP	303.300.151	324.232.112	6,90
Provisão da Dívida Ativa (-)	-	(321.739.990)	-
ROYALTIES DO PETRÓLEO - CP	2.895.041.734	3.090.972.523	6,77
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	45.641.316.546	55.293.426.525	21,15
Créditos a inscrever na Dívida Ativa	14.054.195	12.607.950	-10,29
Saldo da DÍVIDA ATIVA	983.313.042	287.177.719	-70,79
DÍVIDA ATIVA	34.471.673.433	37.362.627.219	8,39
Provisão da Dívida Ativa (-)	(33.488.360.391)	(37.075.449.500)	10,71
SALDO DE CONCESSÕES - FLUMITRENS ²	37.732.160	-	-100,00
CFTS PERMUTADOS COM ERJ - MP 137/03	2.104.874.233	1.926.198.403	-8,49
Cert. Financeiros do Tesouro - CFTs Longo Prazo	2.149.890.666	1.781.347.652	-17,14
Créditos Tributários a Receber/Parcelamentos Administrativos - ICMS	-	44.092.124	-
ROYALTIES DO PETRÓLEO - LP	40.351.452.250	51.242.002.676	26,99
INVESTIMENTOS	293.215.823	360.768.292	23,04
ACIONÁRIO	625.615	10.642	-98,30
IMOBILIÁRIOS RIOPREV	292.590.208	360.757.650	23,30
OUTROS REALIZÁVEIS	1.386.096.572	2.374.927.257	71,34
Almoxnado	249.452	257.236	3,12
Responsáveis por Danos e Perdas ¹	42.477.123	44.937.400	5,79
Bens Móveis (Equipamentos, mobiliário etc)	1.873.945	3.117.711	66,37
Aluguéis a Receber	5.846.368	5.681.350	-2,82
Valores a Receber do ERJ - Dívida Ativa - Determinações TCE N° 05 e 14	261.000.000	520.442.000	49,85
Valores a Receber do ERJ ²	25.335.414	-	-100,00
Provisão Cred. de Liquidação Duvidosa - Determinação TCE N° 25 (-)	-	-	-
Valores a Receber do ERJ - BERJ	273.633.894	289.482.778	5,79
Valores a Receber - FUNDES	730.056.568	818.982.328	10,86
Valores a Receber - FREMF	-	689.614.791	-
Outros	603.025	649.857	7,77
Bens Imóveis	45.020.783	1.761.807	-96,09
TOTAL DO ATIVO	53.777.279.889	63.926.538.124	18,87



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

5. PASSIVO

Registra as obrigações de ordem previdenciária e administrativa da Entidade em relação aos pagamentos de benefícios previdenciários, folha de pagamento e seus encargos sociais e obrigações por fornecimentos de serviços e materiais, sendo contabilizadas pelo regime de competência, conforme demonstrado abaixo:

5.1 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO REAL DO FUNDO – 2009/2010

	Em R\$		
DESCRIÇÃO	31/12/2009	31/12/2010	Var %
EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.011.971.136	1.938.391.546	-3,66
CIRCULANTE			
PROGRAMA PREVIDENCIAL	1.566.576.412	345.492.157	-77,95
Aposentados e Pensionistas	327.094.411	9.811.675	-97,00
Consignações a Pagar	240.675.465	264.610.093	9,94
IRRF a Recolher	46.286.947	44.301.935	-4,29
Recetas a Classificar	16.069.901	-	-100,00
Restituições	19.395.403	16.402.685	-15,43
13º Salário Inativos e Pensionistas	-	-	-
Sentenças Judiciais - Precatórios	876.920.138	-	-100,00
Sentenças Judiciais - Pessoal	40.104.074	4.116.731	-89,73
Sentenças Judiciais - Fomecedores	30.072	-	-100,00
ADMINISTRATIVO	25.373.375	6.249.038	-75,37
Administrativo	25.373.375	6.249.038	-75,37
NÃO CIRCULANTE			
PROGRAMA PREVIDENCIAL	-	1.200.060.414	-
Sentenças Judiciais - Precatórios	-	1.200.060.414	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	420.021.349	392.838.975	-6,47
Obrigações Contratuais	420.021.349	392.838.975	-6,47
Obrigações Intragovernamentais	-	-	-
EXIGÍVEL ATUARIAL	104.042.288.125	110.593.937.993	6,30
PROVISÕES MATEMÁTICAS	104.042.288.125	110.593.937.993	6,30
Benefícios Concedidos	70.565.693.324	78.748.639.862	11,60
Benefícios a Conceder	35.501.923.578	34.654.974.671	-2,39
Reservas a Amortizar	(2.025.328.777)	(2.809.676.540)	38,73
DÉFICIT TÉCNICO DO EXERCÍCIO	(52.276.979.371)	(48.605.791.415)	-7,02
TOTAL DO PASSIVO	53.777.279.889	63.926.538.124	18,87



5.1.1 EXIGÍVEL OPERACIONAL

5.1.1.2 PREVIDENCIÁRIO

Aposentados e Pensionistas

Trata-se do valor das folhas de pagamento dos servidores inativos e dos pensionistas, referente ao mês de Dezembro de 2010, observando-se que pagamento da folha dos servidores inativos ocorreu no mês de competência, conforme calendário divulgado pelo Estado.

Consignatários

Tratam-se das consignações descontadas das folhas de pagamento dos servidores inativos e pensionistas do ERJ no mês de Dezembro de 2010, que serão pagas aos seus respectivos consignatários de acordo com o cronograma estabelecido.

IRRF a Recolher

Refere-se ao valor de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, retidos das folhas de pagamento de inativos e pensionistas.

Restituições

São valores depositados por Terceiros em conta corrente do Fundo e, até terem suas origens identificadas, são classificados contabilmente como uma obrigação.

Sentenças Judiciais

Referem-se a ações judiciais, já transitadas em julgado, impetradas por servidores inativos e/ou pensionistas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

5.1.1.3 ADMINISTRATIVO

Registra as obrigações administrativas a pagar da Entidade em relação aos pagamentos dos fornecedores de bens e serviços, concessionárias, folha de pagamento de pessoal próprio e seus respectivos encargos sociais, sendo contabilizadas pelo regime de competência.

5.1.1.4 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Trata-se do saldo no final do Exercício, resultante das obrigações constituídas pelo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Contas, Nomeação de Agente Fiduciário e Outros Pactos, firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal, com a interveniência da União, do Banco do Estado do Rio de Janeiro, em Liquidação Ordinária, do Banco BANERJ S.A. e do Banco do Brasil S.A, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ Mil		
PASSIVO ADMINISTRATIVO	31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Despesas Administrativas	25.373	6.249	-75,37
Recomposição da Conta "B"	420.021	392.839	-6,47
TOTAL	445.395	399.088	-10,40

- Despesas Administrativas – A variação deve-se principalmente ao cancelamento de R\$15 milhões de Restos a Pagar Processado, referente à 2008NE01354, através da 2010NL02031, para adequada classificação contábil.

5.1.2 EXIGÍVEL ATUARIAL

Compromissos atuariais com os Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, conforme AVALIAÇÃO ATUARIAL do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2011, referentes ao exercício de 2010, elaborada pela PEMCAIXA – Previdência para Estado e Municípios, parte integrante dessas demonstrações.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

O Passivo Previdenciário é composto pelos Benefícios Concedidos, representando os compromissos que o Estado do Rio de Janeiro tem com os servidores que já recebem seus benefícios, tendo, portanto maior urgência na constituição de suas provisões, com a agravante de ter que realizar o pagamento dos benefícios correspondentes à expectativa de vida desses inativos e pensionistas, e os Benefícios a Conceder representando as provisões matemáticas correspondentes aos segurados que estão em fase de contribuição (Ativos).

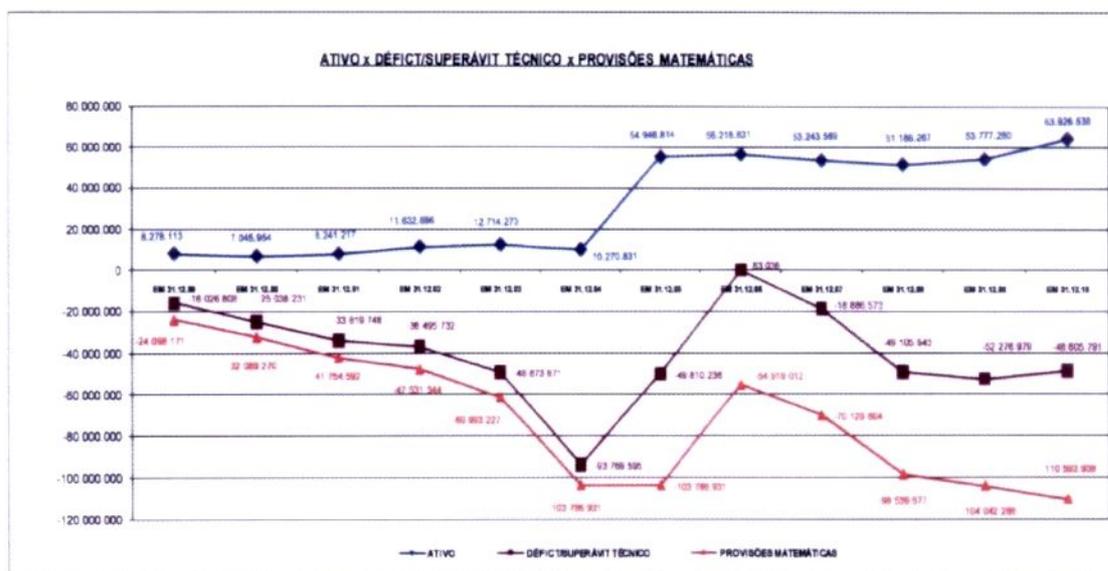
Os valores das Reservas Matemáticas, com base nos dados cadastrais, incluídos o Executivo, o Tribunal de Contas, ALERJ, Ministério Público e Tribunal de Justiça, refletem uma necessidade de recursos acumulados para a cobertura dos compromissos com os benefícios previdenciários para os servidores ativos, inativos e seus pensionistas, conforme abaixo:

R\$ Mil			
COMPROMISSOS ATUARIAIS	31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Benefícios Concedidos	70.565.693	78.748.640	11,60
Benefícios a Conceder	35.501.924	34.654.975	-2,39
Reservas a Amortizar (-)	2.025.329	2.809.677	38,73
TOTAL	104.042.288	110.593.938	6,30

Buscando evidenciar o resultado previdenciário, concluímos que pela equação: Ativo Total subtraído da Provisão Matemática Total apura-se um déficit previdenciário de R\$48,605 bilhões, que subtraído do Passivo Circulante, apresenta o Déficit Total do Exercício, conforme abaixo demonstrado:

R\$ Mil	
ATIVOS GARANTIDORES X PROVISÕES MATEMÁTICAS	31/12/2010
Ativo Total	63.926.538
(-) Provisões Matemáticas Totais	-110.593.938
= Déficit Previdenciário	-46.667.400
(-) Exigível Operacional	-1.938.392
= Déficit Total do Exercício	-48.605.791

Gráfico da Evolução do Ativo X Superávit/ Déficit X Provisão Matemática



6. DESPESAS

Apresenta as despesas orçamentárias liquidadas no exercício, discriminadas basicamente em dois grandes grupos: de Caráter Previdenciário, que são as relativas aos inativos e pensionistas dos Poderes: Executivo, Judiciário, Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público e de Caráter Administrativo, que se referem às despesas de custeio do Fundo.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

DESPESAS - EXECUÇÃO ANUAL - 2010

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	FIXAÇÃO ANUAL	LIQUIDADAS	R\$ Mil
			%
Com INATIVOS	5.779.914	5.687.678	98,40
13º Salário 2010 - INATIVOS	477.790	477.790	100,00
Com PENSIONISTAS	1.622.808	1.569.038	96,69
13º Salário 2010 - PENSIONISTAS	141.095	141.095	100,00
Despesas de Exercícios Anteriores	46.819	46.819	100,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	8.068.426	7.922.420	98,19
Pessoal Próprio	24.937	24.535	98,39
13º Salário 2010 - Folha de Pessoal Próprio	2.205	1.522	69,04
Provisão INSS	700	561	80,21
Despesas de Custeio Diversas	18.890	11.079	58,65
Despesas de Exercícios Anteriores	29	29	100,00
Capital - Aquisição de Bens	31.255	689	2,20
Restos a Pagar Não Processados - RPNP		2.300	-
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	78.015	40.715	52,19
RECOMPOSIÇÃO DA CONTA "B"	105.409	99.300	94,20
SENTENÇAS JUDICIAIS / PRECATÓRIOS	120.070	49.999	41,64
TOTAL	8.371.921	8.112.435	96,90

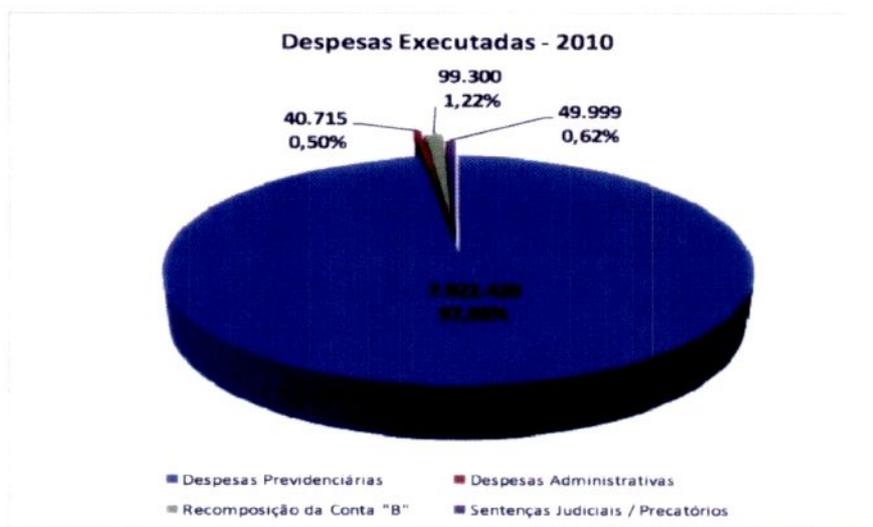
No quadro acima, pode-se observar que as Despesas Previdenciárias se mantiveram dentro da margem estipulada pelo Quadro de Detalhamento das Receitas e Despesas do Exercício de 2010, aprovado pela Lei Estadual N°. 5.632, de 04 de janeiro de 2010.

Esses valores não levam em consideração as descentralizações orçamentárias ocorridas no exercício de R\$30 milhões de reais.

A seguir, pode-se visualizar graficamente a proporcionalidade das despesas liquidadas no Exercício 2010, agrupadas basicamente em quatro grupos. Em sentido horário observamos: Despesas Previdenciárias (97,66%), Despesas Administrativas (0,50%), Recomposição da Conta "B" (1,22%) e Despesas de Sentenças Judiciais e Precatórios (0,62%).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010



Em termos gerais, a despesa executada correspondeu a 96,90% da despesa autorizada para o exercício. Cabendo, ainda, ressaltar que o Rioprevidência custeou integralmente suas despesas com Fonte de Recursos próprios (FR 010), ou seja, o Fundo não precisou de aportes de recursos do Tesouro Estadual.

DESPESAS	R\$ Mil		
	31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Despesas Previdenciárias	6.896.587	7.922.420	14,87
Despesas Administrativas	61.578	40.715	-33,88
Recomposição da Conta "B"	215.520	99.300	-53,93
Sentenças Judiciais / Precatórios	241.471	49.999	-79,29
TOTAL	7.415.156	8.112.435	9,40

Para melhor compreensão da evolução das Despesas do Rioprevidência, no quadro acima comparamos os valores apresentados em 2010 com os valores do exercício de 2009, onde se verifica o crescimento anual de 9,40% no total das despesas do Fundo. Verificamos o crescimento com os benefícios previdenciários em decorrência dos planos de cargos e salários e dos reajustes salariais estendidos as aposentados e pensionistas e ao grande número de revisão de pensões.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

O decréscimo nas despesas administrativas de 33,88% em relação ao exercício de 2009 deve-se principalmente ao exposto no item 5.1.1.4. Na Conta "B" a redução decorre da assinatura do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Abertura de Contas, Nomeação de Agente Fiduciário e Outros Pactos, firmado em 10/06/97, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal, com a interveniência da União, do Banco BANERJ S.A. e do Banco do Brasil. Quanto ao decréscimo nas despesas judiciais a Diretoria Executiva, que vinha executando em média R\$6,6 milhões mensais dentro do Programa de Saneamento de Passivos oriundos de precatórios inscritos contra o Estado decorrentes de ações ajuizadas por inativos e pensionistas do extinto IPERJ, suspendeu temporariamente esses pagamentos, tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional N° 62/2009, que alterou a metodologia de pagamentos de precatórios.

7. RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS

7.1 RECEITAS REALIZADAS

É o montante em dinheiro arrecadado pelo Rioprevidência no decorrer do Exercício de 2010, contabilmente registrado pelo regime de caixa. Incorporado ao patrimônio do Fundo e utilizado para custear suas Despesas Previdenciárias e Administrativas.

No próximo quadro apresentamos o comparativo entre a Previsão Inicial da Receita e o efetivamente arrecadado. Observa-se que a receita total ficou 11,87% acima do previsto para o exercício.

Apesar dos ingressos financeiros terem sido superiores aos previstos, totalizando R\$8,082 bilhões, esses valores foram inferiores ao valor total dos dispêndios, sendo utilizados para pagamentos os recursos provenientes do saldo financeiro de R\$924,33 milhões, conforme Balanço Financeiro de 31/12/09.

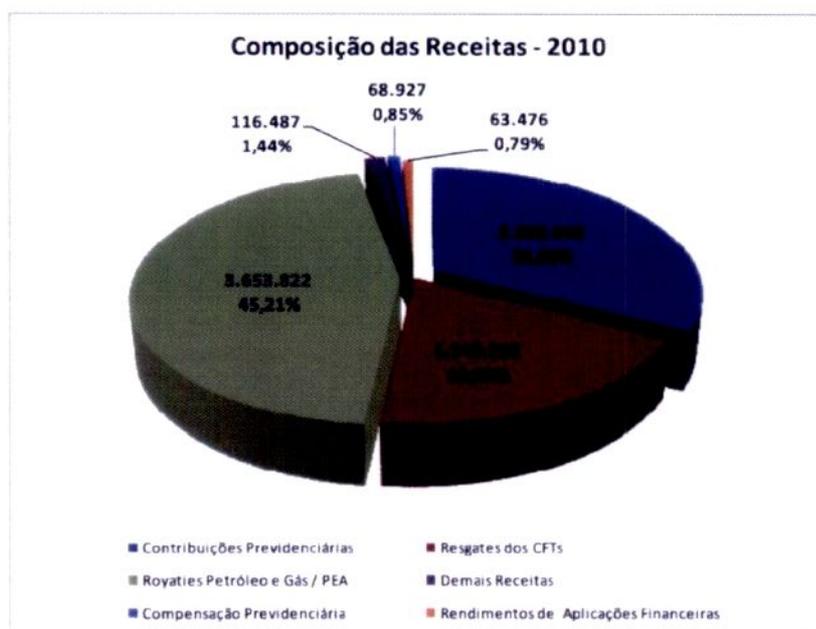


Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

Salientamos ainda, que foi aberto crédito suplementar através do Decreto N° 42.738 de 09 de dezembro de 2010, no valor de R\$180,96 milhões para reforço de dotação consignada ao orçamento em vigor, com recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado através do Processo E-04/011.831/2010 no valor de R\$890,7 milhões e parecer da Auditoria Geral do Estado no exercício de 2010 – Publicado no D.O. N° 225 de 10/12/10.

RECEITAS REALIZADAS-2010

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Realizadas	RS Mil
			%
Contribuições Previdenciárias	940.663	1.040.247	110,59
Resgates dos CFTs	1.585.871	1.540.302	97,13
Royalties Petróleo e Gás / PEA	2.895.042	3.653.822	126,21
Demais Receitas	186.572	116.487	62,44
Compensação Previdenciária	50.838	68.927	135,58
Rendimentos de Aplicações Financeiras	51.801	63.476	122,54
TOTAL	5.710.787	6.483.262	113,53
Contribuição Patronal - Civil	1.324.316	1.371.008	103,53
Contribuição Patronal - Militar	189.436	227.787	120,24
TOTAL	1.513.752	1.598.795	105,62
TOTAL	7.224.539	8.082.057	111,87




Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

Comparando a receita realizada em 2010 com a realizada em 2009, observamos que houve um acréscimo de 26,40%, tal fato ocorreu devido principalmente aos recursos provenientes de royalties e participações especiais sobre a exploração do petróleo e gás natural. Na tabela a seguir observa-se uma elevação de 48,09% na receita de Royalties de Petróleo e 43,05% na receita de PEA. O saldo das aplicações financeiras teve uma queda de 35,94% em função da diminuição do saldo médio das contas financeiras, conforme demonstrativo abaixo:

RECEITAS REALIZADAS	R\$ Mil		
	31/12/2009	31/12/2010	Var. %
Contribuições Previdenciárias	905.238	1.040.247	14,91
Resgate dos CFTs	1.331.495	1.540.302	15,68
Royalties Petróleo e Gás	787.275	1.165.898	48,09
Participação Especial / PEA	1.739.242	2.487.924	43,05
Demais Receitas	94.026	116.487	23,89
Compensação Previdenciária	49.348	68.927	39,68
Rendimentos de Aplicações Financeiras	99.087	63.476	-35,94
TOTAL	5.005.710	6.483.262	29,52
Contribuição Patronal - Civil	1.199.121	1.371.008	14,33
Contribuição Patronal - Militar	189.289	227.787	20,34
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.388.410	1.598.795	15,15
TOTAL	6.394.119	8.082.057	26,40

8. DEMONSTRATIVO PREVIDENCIÁRIO ORÇAMENTÁRIO

No quadro abaixo, comparamos o total, no exercício, das receitas orçamentárias com as despesas orçamentárias previdenciárias (folha de pagamento de inativos e pensionistas). Observamos que, no período, as receitas superaram as despesas:

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	R\$ Milhares
I. Receita Previdenciária	
Contribuição dos Servidores	1.040.247
Contribuição Patronal	1.598.795
Outras Receitas	5.443.014
TOTAL	8.082.057
II. Despesa Previdenciária	
Despesas com Inativos	6.165.468
Despesas com Pensionistas	1.710.134
Despesas de Exercícios Anteriores - Previdenciárias	46.819
TOTAL	7.922.420



9. OUTRAS INFORMAÇÕES

9.1. RESPONSÁVEIS POR DANOS E PERDAS

Refere-se ao valor apurado pelo TCE-RJ, com relação à Inspeção Extraordinária sobre as operações com Títulos de emissão do Governo Federal realizadas no exercício de 2002, atualizado pela UFIR-RJ, saldo sendo analisado através do processo E-01/317.334/2010.

9.2. DÍVIDA ATIVA - DETERMINAÇÃO TCE N°. 5 e 14

Refere-se à inobservância ao disposto no artigo 1º, do Decreto (E) n°. 37.050/05, com a autorização contida no artigo 10, da Lei (E) n°. 4.004/02, em razão da não transferência a esta Autarquia, tendo como contraparte a SEFAZ, do total de receitas arrecadadas oriundas da recuperação de créditos inscritos em dívida ativa no período de competência abril/2005 a dezembro/2009 – Processo TCE 103.123-0/09.

Providenciado o registro desse ativo na conta contábil 11219.99.00 – Outros Créditos a Receber, no valor de R\$520,44 milhões, conforme demonstrado na composição do ativo apresentado nesta Nota Explicativa.

9.3. OUTRAS ENTIDADES DEVEDORAS

Realização de baixa do direito registrado na conta contábil 11221.99.00 – Outras Entidades Devedoras, no valor de R\$9,23 milhões, tendo como contraparte a Secretaria de Estado de Fazenda, em face do contido no Processo E-01/716.087/2003, visando à regularização de que trata o item B do Parecer do TCE-RJ à folha 74 – 2010NL00020.

9.4. CRÉDITOS A RECEBER ORIUNDOS DO FDP

Realização de baixa do direito registrado na conta contábil 11291.01.00 – Créditos a Receber Oriundos do FDP, no valor de R\$2,16 milhões, tendo como contraparte o Tesouro do Estado, conforme o estabelecido no Decreto N° 42.323 – Processo E-04/009.036/2008 – 2010NL04527.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

9.5. ROYALTIES E PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Permuta de R\$400 milhões de royalties e participações especiais do ano de 2011, foram permutados em troca dos direitos creditórios a que o Estado faz jus referente ao Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses – FREMF, provenientes do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, de acordo com o Decreto N° 42.755 de 20/12/10.

9.6. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS

A Nota Técnica Atuarial da reavaliação do montante das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2011, teve sua atualização registrada contabilmente no Exercício Financeiro de 2010.

9.7. NOTAS TÉCNICAS DE REAVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Anexamos a presente, Notas Técnicas elaboradas pela Gerência de Operações e Planejamento – GOP da Diretoria de Investimentos – DIN, referentes às reavaliações dos ativos deste Rioprevidência.

10. AUDITORIA INDEPENDENTE

A Empresa MARTINELLI AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada para auditar as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios de 2006 a 2010, estando anexo o relatório relativo ao exercício de 2009 e 2010 (1° Semestre).

Os demonstrativos previdenciários determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) são publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, pela Contadoria-Geral do Estado/SEF, de acordo com os prazos estabelecidos e disponíveis no site: www.fazenda.rj.gov.br.

E que, também, são disponibilizados no *site* do Ministério da Previdência Social/MPS-SPS – www.mps.gov.br, os anexos estabelecidos pela legislação previdenciária pertinente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2010

Diretor – Presidente

Gustavo de Oliveira Barbosa

Diretor de Administração e Finanças

Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes

Diretor de Investimentos

Antonio Paulo Vogel de Medeiros

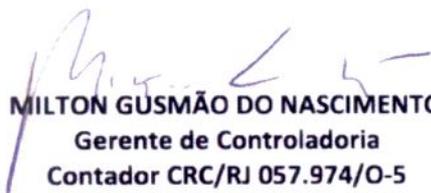
Diretor Jurídico

Erick Tavares Ribeiro

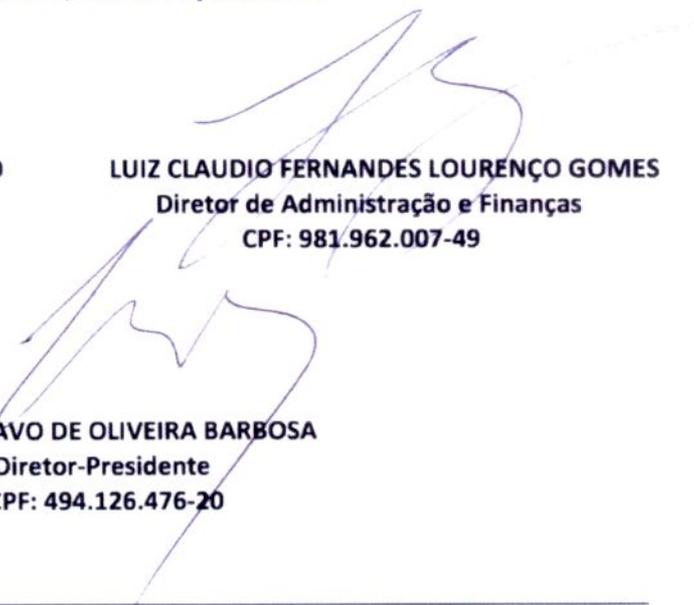
Diretor de Seguridade

Roberto Moisés dos Santos

Rio de Janeiro, 29 de março de 2011.



MILTON GUSMÃO DO NASCIMENTO
Gerente de Controladoria
Contador CRC/RJ 057.974/O-5
CPF: 670.766.457-34



LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES
Diretor de Administração e Finanças
CPF: 981.962.007-49

GUSTAVO DE OLIVEIRA BARBOSA
Diretor-Presidente
CPF: 494.126.476-20